TRECHOS PARA CÓPIAS

EM VERMELHO: TAQUIGRAMAS EM NEGRITO E SUBLINHADO: SINAIS INICIAIS E TERMINAIS ESPECIAIS

CÓPIA 1

Prefeitos vão pedir socorro.

Brasília – Os prefeitos já anunciaram vão pedir socorro ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva no ano que vem. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios disse ontem que a União socorreu os Estados e fez o Proer para socorrer os bancos. Além disso, renegociou a dívida mobiliá<u>ria</u> de 180 prefeituras de grandes ci<u>dades</u>, como <u>São</u> Paulo e Rio.

- Chegou a hora de ajudar os municípios de médio porte disse Ziulkoski, que terá reuniões, na próxima semana, com representantes da equipe de transição de Lula para discutir o assunto.
- O PT sempre votou a favor de nossas reivindicações e até ajudou a organizar os encontros de prefeitos afirmou.

Cerca de 500 prefeitos se reuniram ontem na <u>Câmara dos Deputados</u>, discutindo uma pauta emergencial. Eles pretendem auxiliar na desobstru<u>ção</u> da pauta de vo<u>tações</u> da <u>Câmara</u>, para permitir a aprovação da Contri<u>buição</u> sobre Ilumi<u>nação</u> <u>Pública</u>, do repasse de verbas para o transporte escolar na área rural e da amplia<u>ção</u> da base de incidência do ISS. <u>Mas todos</u> estavam de olho no governo que começa em janeiro.

CÓPIA 2

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento tentará votar hoje o relatório preliminar do senador Valdir Raupp (PMDB-RR), mas são muitos os entraves políticos na tramitação da lei orçamentária de 2007 e a aposta que prevalece no Congresso, entre líderes e especialistas, é que dificilmente a proposta será aprovada ainda este ano. Nos bastidores, o que mobiliza os políticos é a disputa pelas emendas parlamentares, uma fatia de R\$10 bilhões do Orçamento. De um lado, deputados que não foram reeleitos — 244 no total — trabalham para emplacar suas derradeiras emendas e garantir recursos para obras e projetos em seus redutos eleitorais no ano que vem, quando já estarão sem mandato. De outro, os novos eleitos, que só tomarão posse em fevereiro, mas já se

articulam para também ter direito a uma fatia desse bolo. Eles estão atrás de brechas no regimento interno que viabilize esse objetivo.

CÓPIA 3

NEGOCIAÇÕES AINDA ESTÃO NO INÍCIO

- As negociações para a votação do Orçamento ainda estão em fase embrionária.
 Sem a votação do relatório preliminar, não pode ser aberto o prazo para a apresentação das emendas nem a formação de sub-relatorias setoriais cada um dos sub-relatores tem que produzir um relatório para votação em separado.
 Os atrasos reforçam a previsão de que a lei orçamentária dificilmente será aprovada até o dia 22 de dezembro, quando começa o recesso do Congresso.
- Como os parlamentares não recebem mais salários extras nas convocações extraordinárias, também dificilmente terão motivação para permanecer no Congresso até o dia 30 de dezembro ou mesmo voltar a Brasília antes de fevereiro.
- Para facilitar a vo<u>tação</u> do rela<u>tório</u> preliminar na Comissão de Orçamento,
 hoje, será preciso primeiro resolver o impasse sobre a reso<u>lução</u> do Deputado
 Ricardo Barros, que prevê mudanças na trami<u>tação</u> do Orçamento e reduz pela
 me<u>tade</u> os integrantes da Comissão, que tem hoje 84 integrantes, maior do que o
 total de titulares do Senado Federal (81).

CÓPIA 4

INSENSATOS

JURANDIR FERNANDES

Numa ati<u>tude</u> desatinada, o governo federal enviou ao <u>Congresso Nacional</u> a <u>Medida Provisória</u> 280 que, em seu artigo 4°, autorizava os emprega<u>dores</u> a fornecer o vale-transporte em <u>dinheiro</u> até o <u>limite</u> de R\$ 160,08.

Feliz<u>mente</u>, a mobi<u>lização</u> em defesa deste <u>importante</u> bene<u>fício</u> <u>social</u> foi intensa e ágil, conseguindo impedir que essa me<u>dida</u> insensata fosse colocada em prá<u>tica</u>.

A transformação do vale-transporte em dinheiro causa<u>ria</u> retrocesso em vá<u>rios</u> aspectos. Na questão social, o trabalhador, principalmente o de baixa renda, deixa<u>ria</u> de ter a garantia ao acesso ao local do emprego. Isso porque, ao receber o dinheiro,

acaba<u>ria</u> utilizando-o com <u>outras necessidades</u> (como alimen<u>tação</u> e moradia). Era exata<u>mente</u> este mo<u>tivo</u> que, antes da existência do vale-transporte, levava ao absenteísmo e, consequente<u>mente</u>, à perda do emprego.

O vale-transporte é um direito intocá<u>vel</u> do trabalhador brasileiro, que sempre fica longe de qualquer negociação trabalhista. O paga<u>mento</u> em dinheiro do vale-transporte sem dúvida se junta<u>ria</u> aos salários nas mesas de negociações entre patr<u>ões</u> e empregados e, até mesmo, por ocasião das contra<u>tações</u>.

CÓPIA 5

O QUE O MERCADO OFERECE

- SITES: As principais corretoras brasileiras contam com sites que oferecem uma grande variedade de informações e ferramentas para operar na bolsa. Os serviços costumam ser gratuitos para os clientes, que devem pesquisar quais são os melhores. Caso seja cobrado, o investidor deve pedir isenção ou pode procurar outra prestadora de serviço.
- ANÁLISES: Boa parte dos investidores pessoas físicas que estão entrando na bolsa são leigos no assunto. Por isso, as corretoras trabalham para tornar as análises de empresas o mais simples possível. Mesmo assim, se não entender o material, o investidor deve ligar para a corretora e pedir explicações. O atendimento direto por analistas experientes é praxe nas instituições.
- SEGMEN<u>TAÇÃO</u>: Algu<u>mas</u> corre<u>toras</u> são especia<u>lizadas</u> no atendi<u>mento</u> à pessoa física, enquanto outras direcionam seu trabalho para empresas ou grandes fortunas. Antes de escolher a corre<u>tora</u>, o investi<u>dor</u> deve pesquisar se o perfil do presta<u>dor</u> do serviço é o mais adequado ao seu.

CÓPIA 6

O GOVERNO NÃO DEVE RECUAR MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

O recente nervosismo que se apossou do mercado e contagiou os meios políticos impõe-nos reflexão sobre a atual traje**tória** da política econômica. Êxito inédito nos últi**mos** 50 anos, ela quebrou, em apenas seis meses, a espinha dorsal de ameaça**dor** surto inflacionário, em pleno <u>regime democrático</u>, sem recurso a pacotes, heterodoxias ou pajelanças. Agora, entretanto, depara-se com rea**cões** contrastantes.

De um lado, a maioria dos ana<u>listas</u> econômicos e dos agentes de mercado aplaudiu o surpreendente desempenho de um governo eleito por legenda cujos conceitos econômicos até há pouco despertavam desconfiança generalizada.

Do lado oposto, cresce a impaciência dos que acreditam — equivocada<u>mente</u>, a meu ver — que, supe<u>rado</u> o susto, não sejam necessários cui<u>dados</u> adi<u>cionais</u> para consolidar a esta<u>bilidade</u>. Argumentam que, embora ao custo "de um pouco mais de inflação", urge buscar, como objetivo unívoco, rápida reativação econômica.

CÓPIA 7

PREFEITOS VÃO PEDIR SOCORRO

BRASÍLIA — Os prefeitos já anunciaram vão pedir socorro ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva no ano que vem. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, disse ontem que a União socorreu os Estados e fez o Proer para socorrer os bancos. Além disso, renegociou a dívida mobiliá<u>ria</u> de 180 prefeituras de grandes cidades, como São Paulo e Rio.

- Chegou a hora de ajudar os municípios de médio porte disse Ziulkoski, que terá reuniões, na próxima semana, com representantes da equipe de transição de Lula para discutir o assunto.
- O PT sempre votou a favor de nossas reivindicações e até ajudou a organizar os encontros de prefeitos — afirmou.

Cerca de 500 prefeitos se reuniram ontem na <u>Câmara dos Deputados</u>, discutindo uma pauta emergencial. Eles pretendem auxiliar na desobstru<u>ção</u> da pauta de vo<u>tações</u> da <u>Câmara</u>, para permitir a aprovação da Contri<u>buição</u> sobre Ilumi<u>nação</u> <u>Pública</u>, do repasse de verbas para o <u>transporte</u> escolar na área rural e da amplia<u>ção</u> da base de incidência do ISS. Mas <u>todos</u> estavam de olho no governo que começa em janeiro.

CÓPIA 8

Com seus quase 23 mil alunos de pós-gradua<u>ção</u>, a USP é o maior centro de formação de dou<u>tores</u> da América do Sul. São estes dou<u>tores</u> que irão, não apenas alavancar o ensino nas universidades públicas e particulares, como serão os agentes do desenvolvimento cientí<u>fico</u> e tecnológico de nosso país. Há inúmeros exemplos onde a pesquisa universi<u>tária</u>, produ<u>zida</u> isolada<u>mente</u> ou em interação com outras

instituições, modificou amplos se<u>tores</u> da economia. Para citar apenas um exemplo, recorde-se o impacto na indústria do papel cau<u>sado</u> pelas novas varie<u>dades</u> de eucalipto de fibra longa desenvolvidas em Piracicaba pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Enfim, são tantos os mo<u>tivos</u> de orgulho que muitos acolhem eventos excep<u>cionais</u> com a indiferença reservada às notícias de rotina. <u>Mas</u> que ninguém veja nessas minhas palavras o indicio de um triunfalismo pueril. Elas exprimem, isto sim, a plena consciência de receber no dia de hoje, a responsabilidade de zelar por um imenso patrimônio intelectual e material. Chega<u>mos</u> aqui a um ponto essencial.

CÓPIA 9

Deve<u>mos</u> convir que a <u>contro</u>vérsia em torno das funda<u>ções</u> tem uma intensa colo<u>ração</u> ideo<u>lógica</u> e seria fútil ignorá-la. <u>Mas</u> leve-se em conta, igual<u>mente</u> que na sua origem está um problema prá<u>tico</u> e muito real: a necessidade de otimizar a administração universitária. Esta é uma outra questão a pedir urgente reforma. A administração da USP, lenta e pe<u>sada</u>, não consegue acompanhar os rit<u>mos</u> desenvolvidos pelas a<u>tividades</u> de ensino, pesquisa e extensão. Tenho como priori<u>dade</u> agilizar e descentralizar as to<u>madas</u> de decisão e simplificar os procedi<u>mentos</u> administrativos. Os dirigentes das uni<u>dades</u> não podem ficar estacionados em rotinas não avaliadas. As atua<u>ções</u> gerenciais devem atender às reais necessidades de cada setor visando os melhores resul<u>tados</u>. Hoje, já não se admite a improvi<u>sação</u>. Não há recursos para serem desperdiçados, nem energias para serem per<u>didas</u>. O gerencia<u>mento</u> administrativo em <u>todos</u> os ní<u>veis</u> é tão importante quanto a produção do conhecimento e essencial para a formação da tão desejada cultura de avaliação.

CÓPIA 10

Discurso de Posse. Senhores: Em meus trinta e sete anos de dedicação exclusiva e integral à Universidade de São Paulo, não houve dia em que não sentisse a emoção e o orgulho de pertencer a essa comunidade fraterna de conhecimento. Nunca, entretanto, esses sentimentos tiveram a intensidade do dia de hoje, quando recebo a honra de ser investido em seu posto mais elevado. Assim, no instante em que inicio meu mandato na reitoria da USP, desejo que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento. Volto os olhos e o pensamento a meus pares, alunos e funcionários de todas as

uni<u>dades</u> dessa nossa <u>Universidade</u>, cuja confiança, comunhão de idéias e generosi<u>dade</u> se uniram em torno de meu nome no turno inicial das <u>eleições</u> para reitor. Dirijo-me, da mesma forma, aos membros do Conselho <u>Universitário</u> e dos Conselhos Centrais que confirmaram essa escolha, e ao governador do Estado de <u>São Paulo</u>, Dr. Geraldo Alkmim, cuja <u>decisão</u> defini<u>tiva</u> seguiu a von<u>tade</u> expressa nas urnas <u>universitárias</u>. A todos eles, o meu comovido <u>muito</u> obrigado.

CÓPIA 11

<u>Todas</u> as correntes de opinião tiveram ocasião de se expressar. E não apenas sobre quest<u>ões</u> internas, mas também sobre assuntos pertencentes ao amplo universo das re<u>lações</u> da universidade com a sociedade brasileira. Era indispensável e inevitá<u>vel</u> que assim fosse. Não se pode discutir a universidade como um organismo ideal, desligado dos anseios e dos interesses do povo que a sustenta. Esta ver<u>dade</u> foi fri<u>sada</u> inúmeras vezes pelos exposit<u>ores</u> e pelas <u>inter</u>ven<u>ções</u> da platéia ao longo das horas de debates. Tratando-se de assuntos candentes, sujeitos a uma multiplici<u>dade</u> de impli<u>cações</u> técnicas e políticas, os debates do Fórum foram ricos em <u>contro</u>vérsias, a que não faltou às vezes boa dose de veemência. No entanto, houve também notá<u>vel</u> convergência de opiniões em quest<u>ões</u> primordiais. Houve, por exemplo, quase unanimidade em torno da necessidade de se aprofundar no desenvolvimento de uma verda<u>deira</u> cultura de avaliação permanente. <u>Todos</u> conhecem minha admi<u>ração</u> pela figura do professor Jacques Marcovitch.

CÓPIA 12

GLOBA<u>LIZAÇÃO</u> E CULTURA NACIONAL

ARMANDO DAUDT D'OLIVEIRA FILHO

<u>Todos</u> os esforços que o <u>Governo</u> Fernando Henrique está fazendo <u>para</u> que o <u>Brasil</u> não perca o bonde da globa<u>lização</u> expõem o país a um <u>grande</u> risco: a perda de sua identi<u>dade</u> cultural.

As noví<u>ssimas</u> tecnologias de comunicação estão transformando a humani<u>dade</u> na aldeia global de McLuhan, onde o preço da integra<u>ção</u> pode ser o absoluto predomínio cultural dos países dominantes.

A inclusão do Brasil na nova ordem econômica mundial não pode ser realizada a qualquer custo e sem ressalvas, sob pena de entregar<u>mos</u> o ouro ao ban<u>dido</u>.

O ouro, no caso, é a nossa identi<u>dade</u> cultural. Ouro <u>mesmo</u>, já levaram há muito tempo.

Valorizar, proteger e fo**mentar** a cultura peculiar de nosso povo é obrigação do Governo e pode ser feito a custos baixí**ssimos** para o erá**rio** público mediante leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura, o único meio de que a sociedade dispõe para carrear recursos para o setor.

CÓPIA 13

LUTA IMPRÓPRIA

Se os juízes, que se mobilizam pedindo aumento do teto salarial da catego<u>ria</u>, consultassem especia<u>lista</u> em marketing, receberiam — prova<u>velmente</u> — o conselho de ir para casa. Não que a reivindicação por melhores salários e condi<u>cões</u> de trabalho seja errada. Mas há modos e modos de reivindicar e, embora a maioria dos juízes tenha tido o bom senso de recuar da greve, houve para<u>lisações</u>, concentra<u>ções</u> de rua e manifes<u>tações</u> que não correspondem à imagem de maturi<u>dade</u> que se espera de quem tem o maior dos poderes: o de julgar.

É grande responsabilidade, tão grande quanto a do médico quando tem, diante de si, a vida ou a morte do paciente. Não é à toa que as duas categorias deveriam estar entre as mais respei<u>tadas</u> e aca<u>tadas</u>. No Brasil isso, infeliz<u>mente</u>, não ocorre. A cidadania assiste, atônita, à briga de poderes pelos quais tem pouco apreço. O Judiciário é malvisto por ser emperrado, lento e favorece<u>dor</u> da impuni<u>dade</u>. Do Legislativo, nem é preciso falar. É possível que reivindicações de certos juízes, que revelam ganhar menos que escriturá<u>rios</u> da Justiça, sejam verazes e absurdas, <u>mas</u> o Judiciário é poder que fixa seus salários. Se há confus<u>ão</u>, foram os próprios magistrados que a criaram.

CÓPIA 14

COMEÇAR DE NOVO

Passou o Dia do Professor; o presidente Lula disse que a dívida do país com a edu**cação** é grande. Ficare**mos** sempre nas palavras?

O que aconteceu com a edu<u>cação</u>, no <u>Brasil</u>, é um <u>processo</u> complexo com muitas vertentes escuras. O que <u>chama a atenção</u>, antes de mais nada, é a perda do status. Professor já teve status, no <u>Brasil</u>. A classe era prestigiada; e, se nunca chegou a ganhar muito, tinha mo<u>tivos</u> de satisfação.

A começar pela própria formação, nos tempos dou<u>rados</u> da Escola Normal. No <u>Rio de Janeiro</u>, os professores do <u>Instituto de Educação</u> rivalizavam em qua<u>lidade</u> com os do Co<u>légio</u> Pedro II.

Não admira que muita gente quisesse ir para lá — mesmo sabendo que, depois, ia ganhar pouco.

CÓPIA 15

LUZES NA TELA

Houve uma época não muito distante — a década de 70 para ser mais preciso — em que o cinema brasileiro parecia tatear na própria escuridão, oscilando <u>entre</u> o experimentalismo, por vezes radical, do cinema novo e a nostalgia da comunicação fácil da época das chanchadas. Explica-se o comporta<u>mento</u> esquizofrênico: de um lado o cinema era impulsionado pelo patrocínio da Embrafilme, com os vícios que a ingerência direta do Estado acarreta, e do outro era amordaçado pela censura do <u>regime militar</u>.

Hoje é consenso, e não só <u>entre</u> cineastas e a<u>tores</u>, que o cinema <u>brasileiro</u> vive uma fase de prosperi<u>dade</u>, iniciada com "Carlota Joaquina", de Carla Camurati, e "O quatrilho", de Fábio Barreto, ambos de 1995. As provas mais eloqüentes são as salas cheias e o otimismo e o prestígio que voltam a cercar a a<u>tividade</u>.

As características mais visí<u>veis</u> do novo ciclo são a diversi<u>dade</u> dos te<u>mas</u>, o apuro técnico e — mais importante — a sintonia com a platéia, no Brasil e no exterior.

CÓPIA 16

PERIGOS AO SUL

O Mercosul nasceu desacredi<u>tado</u> até mesmo dentro dos quatro países que o compõem. Bom senso e perseverança permitiram aos governos superar gradual<u>mente</u> os muitos obstáculos ao longo do caminho do mercado comum. Considerando-se a fase prepara<u>tória</u>, o Mercosul ainda não tem dez anos. Mas esse curto período foi suficiente para quadruplicar o comércio intra-regional. O Brasil se tornou o maior parceiro

comercial da Argentina, que, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial do Brasil.

O Mercosul sem dúvida foi favorecido pelo processo de aber<u>tura</u> da economia brasileira. Nos últi<u>mos</u> anos, o Brasil acumulou elevados saldos comerciais. Mas a situação mudou com a desvalorização do real, enquanto a Argentina continuava com seu modelo de total conversi<u>bilidade</u> em face do dólar. O modelo serviu como escudo contra as crises internacionais, mas não defendeu o país das rece<u>ssões</u>.

CÓPIA 17

RESPONSABILIDADE

Para a economia brasileira figurar entre aquelas que pratica<u>mente</u> não oferecem risco a investi<u>dores</u> em moeda estrangeira, o país terá de subir apenas quatro degraus na avaliação de agências especia<u>lizadas</u> nesse tipo de classi<u>ficação</u>. E isso so<u>mente</u> ocorrerá quando o <u>Brasil</u> provar que pode manter os funda<u>mentos</u> da atual política econômica sem precisar ser monito<u>rado</u> por um órgão com grande credibilidade no mundo das <u>finanças</u>, como o Fundo Mone<u>tário</u> (FMI).

Em 1998, o acordo com o FMI foi providencial. A economia brasileira dependia de financiamentos expressivos para fechar as contas externas e ainda estava em uma fase inicial de ajuste.

O Fundo emprestou o "guarda-chuva" que o país precisava para enfrentar as turbulências que ocorreram nos mercados financeiros internacionais. Sem esse apoio, te<u>ria</u> sido mais di<u>fícil</u> superar a crise de desconfiança desencadeada pela grave situação da Argentina e <u>em seguida</u> pelo favoritismo de Lula nas eleições de 2002 (em face do discurso antimercado que caracterizara o PT no passado).

CÓPIA 18

CASSAR A MP

Salvo algu<u>mas</u> me<u>didas</u> corretas de alívio sobre investi<u>mentos</u>, to<u>madas</u> no ano passado, as ações do governo em ma<u>téria</u> de imposto têm sido em sen<u>tido</u> contrário às promessas de redução da carga tributária.

Ainda no ano passado, enquanto de um lado grava<u>mes</u> eram cor<u>tados</u>, de outro a Cofins era recalibrada para compensar a mudança no sistema de incidência da contri<u>buição</u>. A alte<u>ração</u> — acer<u>tada</u>, para livrar as exportações da cobrança do

imposto em cada etapa da cadeia produ<u>tiva</u> — permitiu o governo exagerar no au<u>mento</u> da alíquota da 3% para 7,6%. Com isso a Receita avançou ainda mais sobre a renda da sociedade. Não surpreendeu que a <u>carga tributária</u> tenha subido de 34,88% para 35,45% do PIB.

Outra má notícia vi<u>ria</u> no último dia do ano, não por acaso: um verda<u>deiro</u> golpe tribu<u>tário</u> desfechado pela Receita por meio da MP 232, a que reajusta em 10% a tabela de recolhi<u>mento</u> do <u>Imposto de Renda</u> cobrado na fonte de paga<u>mento</u> dos assalariados.

CÓPIA 19

FALTA CRÉDITO

RODRIGO L. MEDEIROS

O período eleitoral promete o retorno de uma série de te<u>mas</u> aos palcos do grande debate nacional. Edu<u>cação</u>, saúde, previdência social e tantos outros assuntos permearão as dis<u>cussões</u> do segundo semestre.

No entanto, um fato que já merece a atenção <u>diz respeito</u> ao fraco desempenho econômico brasileiro. As estatísticas internacionais, entre elas a do Fundo <u>Monetário</u> Internacional, têm recorrente<u>mente</u> mostrado como o país não aproveita os b<u>ons</u> ventos da conjun<u>tura</u> internacional.

Está <u>cada vez mais</u> di<u>fícil</u> ocultar que a tênue <u>associação</u> produ<u>tiva</u> entre empresas e mercado financeiro, expressa pela modesta re<u>lação</u> crédito privado/PIB, pífios 28%, obstrui o <u>desenvolvimento</u> susten<u>tado</u> das organizações produ<u>toras</u> e reforça a concentração de renda no <u>Brasil</u>. Na Coréia do Sul, essa re<u>lação</u> gira em torno de 90%; no Canadá, 73%; nos EUA, 46%; na França, 82%; e no Chile, 63%.

Economias mais desenvolvidas têm por característica apresentar siste<u>mas</u> financeiros de i<u>nter</u>mediação diversi<u>ficados</u> e ajus<u>tados</u> às necessidades de suas estru<u>turas</u> produ<u>tivas</u>.

CÓPIA 20

Pode-se clara<u>mente</u> observar que a diversi<u>ficação</u> dos <u>diversos</u> siste<u>mas</u> financeiros trouxe alterna<u>tivas</u> nos prazos de ope<u>rações</u>, bem como maior eficiência no controle dos seus riscos. Isso <u>ainda</u> não ocorre sistematica<u>mente</u> no <u>Brasil</u>, <u>apesar da</u>

atua<u>ção</u> de expressivos bancos estrangeiros que parecem acomo<u>dados</u> ao status de cre<u>dores</u> do Estado.

Com uma carga tribu<u>tária</u> girando em torno dos 38% do PIB, o Estado brasileiro mal consegue ofertar serviços básicos universa<u>listas</u>. Os únicos <u>serviços públicos</u> que avançam são os de caráter assistencia<u>lista</u>, rendendo votos e incrementando os indica<u>dores</u> sociais dos institutos de estatísticas oficiais.

<u>Ins</u>tru<u>mentos</u> como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o <u>Banco do Brasil</u>, <u>por exemplo</u>, são importantes, porém insuficientes para dar conta das urgentes necessidades do país. Além disso, presume-se que uma economia capita<u>lista</u> se faça com risco assu<u>mido</u> pelos agentes privados.

CÓPIA 21

Discurso profe<u>rido</u> pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Américo Luz por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do Superior <u>Tribunal de Justiça</u> O EXMO. SR. MINISTRO AMÉRICO LUZ (PRESIDENTE): Renova-se, nesta oportunidade, a sucessão de mandatos nesta <u>Superior</u> Corte de <u>Justiça</u>, prá<u>tica</u> salutar e tradi<u>cional</u> que remonta às orig<u>ens</u> do saudoso e extinto <u>Tribunal Federal</u> de Recursos. Com a singular emoção que o mo<u>mento</u> me faz experi<u>mentar</u>, assumo a <u>Presidência</u> da Casa, na certeza de que tão grave e digni<u>ficante</u> mi<u>ssão</u> posso compartilhar com meus ilustres pares. So<u>mente</u> assim, com essa valiosa e imprescindí<u>vel</u> coope<u>ração</u>, podere<u>mos</u> imprimir dinamismo, moderni<u>dade</u>, eficiência e celeri<u>dade</u> à nossa administração. Neste contexto, permitindo meus pares, a nossa administração estará priorizando diretrizes em á<u>reas</u> de magna importância para a Corte, má<u>xime</u> à de informática, <u>tudo</u> em busca da presteza, da agi<u>lidade</u> e da melho<u>ria</u> das nossas a<u>tividades</u>, notada<u>mente</u> a jurisdicional.

No ponto, isto se faz imprescindível.

<u>CÓPIA 22</u>

Ao valoroso e operante funcionalismo da Casa estare<u>mos</u> sempre recep<u>tivos</u> a recla<u>mos</u> justos, atendendo-os se nos permitirem as circunstâncias. Dare<u>mos</u> especial atenção ao nosso setor de saúde. Procurare<u>mos</u>, dentro das possibilidades orçamentárias, dotá-lo de infra-estru<u>tura</u> que o permita melhor atender aos nossos servi<u>dores</u> e a seus dependentes, principalmente no que tange à medicina preven<u>tiva</u> e ao setor

odonto<u>lógico</u>. Eis aí algu<u>mas</u> das iniciativas que nos permitire<u>mos</u> tomar. Meus senhores, minhas senhoras. Nesta quadra da vida nacional, com a globa<u>lização</u> econômica a romper fronteiras e ideo<u>logias</u>, com inegá<u>veis</u> reflexos nas re<u>lações</u> sociais, comerciais e culturais, forçando a revisão dos conceitos e mé<u>todos</u> políticos, legislativos e administrativos, ganha o Poder Judiciário relevo maior na árdua mi<u>ssão</u> de julgar, avultando a responsabilidade do juiz, do magistrado, na <u>inter</u>pre<u>tação</u> e apli<u>cação</u> da lei. Sabe<u>mos</u> nós que a a<u>tividade</u> jurisdi<u>cional</u> impõe ao julga<u>dor</u> um regime de quase clausura, indispensável à reflexão, valo<u>ração</u> e exame do direito controver<u>tido</u>.

CÓPIA 23

A presente crise do Estado é também, agora, crise da Justiça, seja como função que o estado de direito chamou para si, com exclusividade; ou como organismo predisposto a realizá-la; ou, ainda, como poder da soberania nacional, indispensável ao resguardo da liberdade, no Estado democrático, fundado em verdadeiro postulado de antropologia filosófica e de fé: o da igualdade dos homens, no entanto, desiguais e desigualmente tratados. A urgente conjuração da crise da jurisdição (função, organismo e poder), reflexo da crise do Estado, reclama a cooperação dos agentes políticos para tanto naturalmente legitimados, a saber: o povo, que pede Justiça; os partidos políticos, intérpretes das aspirações populares; a universidade; a imprensa; as empresas, que necessitam segurança para planejar seus investimentos; os sindicatos; enfim, os operadores profissionais do Direito, que mais bem conhecem os defeitos, vícios e virtudes da Justiça (Juízes, Advogados, Procuradores). Com toda razão, portanto, advertiu recentemente o eminente Ministro Patterson: 'Nossa Instituição carece de aperfeiçoamento, é verdade. Para isso, queremos reformas urgentes, mas não reformas para oprimi-la, para colocá-la em segundo plano, para desqualificá-la.

CÓPIA 24

Robustecido na preceituação constitucional, a emergência do <u>Poder Judiciário</u> responde hoje ao vee<u>mente</u> repúdio que o povo lavrou, por suas mais autên<u>ticas ins</u>tâncias, ao regime de arbítrio e ao sufoco das liber<u>dades</u>". Todavia, conforme observou o eminente <u>Sub</u>procurador naquele discurso, "te<u>mos</u> que ter von<u>tade</u> para mudar a mode<u>ração</u> para não nos enlaçar<u>mos</u> em infrutíferas aven<u>turas</u>. Não há panacéias. Deve<u>mos</u> ter o

cui<u>dado</u> para não despertar<u>mos</u> expectativas que não poderão ser satisfeitas e que se converterão, inevita<u>velmente</u>, em novas fontes de frustração e de desgaste. Te<u>mos</u> de ter a grandeza para encetar refor<u>mas</u> que tenham por escopo a superação de problemas velhos e novos que prejudicam a prestação efe<u>tiva</u> da a<u>tividade</u> jurisdi<u>cional</u>". Necessário e imprescindí<u>vel</u>, pois, que, com essas cautelas, faça-se a reforma do Judiciário. O Superior <u>Tribunal de Justiça</u>, pelos seus eminentes <u>Ministros</u>, cuja competência judicante é no<u>toriamente</u> conside<u>rada</u>, estará, como sempre esteve, pronto a contribuir para a sua realização.

CÓPIA 25

É ver<u>dade</u> que ainda te<u>mos</u> algu<u>mas</u> de<u>bilidades</u> estru<u>turais</u> para resolver, a começar pela defi<u>nição</u> de direitos e obrigações de poderes entre a <u>União</u>, os <u>Estados e os Municípios</u>. E também na maior nitidez do papel dos poderes, em ní<u>vel</u> federal.

Precisa<u>mos</u> cuidar disso, o quanto antes. <u>Mais</u> desatenção pode resultar em incertezas convincentes quanto aos ru<u>mos</u> da nossa esta<u>bilidade</u> institucional. Portanto, em prejuízo da paz social. Deixar para amanhã o que se pode fazer hoje não é comigo. O <u>Brasil</u> tem pressa, o <u>Povo brasileiro</u> quer os seus direitos para ontem. Fique<u>mos</u> mais atentos ao lema do nosso símbolo maior da <u>República</u> - Ordem e <u>Progresso</u>. A cultura do adia<u>mento cons</u>pira contra os avanços do País. Va<u>mos</u> derrotá-la trabalhando juntos, com agi<u>lidade</u> e transparência. É nossa função no <u>Poder Judiciário</u>, <u>inter</u>pretando a <u>Constituição</u> da <u>República</u> e suas Leis, declarar os direitos das pessoas, impor limites ao arbítrio, conter as violências, reprimir a injustiça racial, a injustiça do preconceito. Neste País todos são iguais perante a lei e quem ainda imagina que não o é, acorde. A democracia não tolera a impuni<u>dade</u>. Com o <u>Judiciário</u> que o <u>Brasil</u> quer, e que va<u>mos</u> ter, - <u>todos</u>, <u>todos</u>, vão estar, sim, iguais perante a lei.

CÓPIA 26

Prometi solene<u>mente</u> cumprir a Constituição. Obriguei-me a preservar o <u>Estado de</u>

<u>Direito</u>. Quem se <u>sub</u>mete à Constituição e compromete-se a manter o <u>Estado de</u>

<u>Direito</u> sabe que assume, perante esta Casa, o parlamento dos pau<u>listas</u>, deveres irrevogá<u>veis</u> e obrigações irreversí<u>veis</u>. Os direitos naturais das pessoas, em suas quatro dimen<u>sões</u>, encontram-se entre estes deveres e obrigações ora assu<u>midos</u>. Na primeira dimen<u>sões</u>, dos direitos naturais das pessoas, se encontram os direitos liberais clássicos.

Estes proclamam a autonomia de cada pessoa e a importância da liber<u>dade</u> para o progresso individual e da comunidade. Os direitos de liber<u>dade</u> impedem a autoridade de agir sem limites e, assim, ofender as pessoas e seus atributos. Prometo preservá-los e cumpri-los. Os direitos liberais históricos soam como palavras ocas, sem a presença da segunda dimensão dos direitos das pessoas. Esta segunda dimensão contempla os direitos sociais. Estes permitem que a igual<u>dade</u> entre as pessoas não se apresente como mera fórmula vazia. Os direitos sociais possibilitam a <u>todos</u> o acesso aos b<u>ens</u> necessários à <u>sub</u>sistência individual, das famílias e das enti<u>dades</u> familiares.

CÓPIA 27

Pergunto: estes quatro últi<u>mos</u> não têm nada com o <u>Poder Judiciário</u>? <u>São</u> absolutamente estranhos aos seus problemas? Advogados e Promo<u>tores</u> não têm nenhuma responsabilidade com a funciona<u>lidade</u> desse poder?

A resposta está na constituição. São eles ínsitos ao sistema. Basta ver onde se encontram na textura constitucional. É impossível falar sobre o Poder Judiciário sem contar com eles. Integram, assim, o que podemos chamar de Poder Judiciário em sentido lato. Têm eles legitimidade constitucional para pensar e discutir as políticas estratégicas que poderão ser formuladas por tal conselho. Se viessem a ser excluídos, onde estaria a legitimação de um órgão que precisa integrar todos os atores, posto que deve definir papéis e condutas? Temos, na composição, dois outros membros indicados pelas casas do congresso nacional. São os representantes da cidadania. As exigências para sua escolha são as mesmas para ministros deste tribunal. São as mesmas exigidas para a formação das listas para os oriundos da advocacia e do MP: notável saber jurídico e conduta ilibada. Impossível pensar que esse conselho, por sua só composição, venha ferir autonomias e independências.

CÓPIA 28

Nesse sen<u>tido</u>, os jui<u>zados</u> especiais são experiência alta<u>mente</u> vitoriosa. A sua implan<u>tação</u> no âmbito da Justiça Federal está em via de ocorrer - já há uma comi<u>ssão</u> trabalhando no anteprojeto. Serão de grande valia, sobretudo <u>em relação às</u> causas previdenciárias, que exigem pronta, imediata so<u>lução</u>. A Justiça itinerante, uma rea<u>lidade</u> em algu<u>mas</u> uni<u>dades</u> da Federação, é algo notável. Em tema de acesso ao

Judiciário, porém, é funda<u>mental</u> que se organize a Defensoria Pública. No plano federal, ela não existe, <u>não obstante</u> se tratar de <u>ins</u>tru<u>mento</u> básico para a parcela menos favorecida poder exercer a cidadania na sua pleni<u>tude</u>. Tornando à Reforma do Judiciário, é pesaroso <u>cons</u>tatar que, no patamar da jurisdi<u>ção</u>, em ter<u>mos</u> opera<u>cionais</u>, nada há a destacar de posi<u>tivo</u> a respeito do Superior <u>Tribunal de Justiça</u>. Ainda não se vive aqui, é bem ver<u>dade</u>, uma situação caó<u>tica</u>. Veja-se que, dos 621.783 processos que chegaram desde a <u>ins</u>ta<u>lação</u>, foram julgados 568.944.

CÓPIA 29

É PRECISO REALISMO

A <u>segurança pública</u>, por força das recentes rebeli<u>ões</u> nos presídios de <u>São Paulo</u>, virou um tema importante do debate eleitoral. Nos próximos meses, os candidatos a <u>presidente da República</u> e a governador nos 27 estados farão um rosá<u>rio</u> de promessas. <u>Todos</u> eles farão pose de xerife e vão prometer investir mais em <u>segurança pública</u> e que serão implacá<u>veis</u> no combate ao crime.

Essa decla<u>ração</u> de intenção, que se repete nas eleições para os governos estaduais responsáveis pela <u>segurança pública</u>, desde 1982, é insuficiente para enfrentar a quest<u>ão</u> da violência. O professor do Departamento de Socio<u>logia</u> da Universidade de Brasília, Artur Costa, diz que <u>em geral</u> os candidatos ficam muito aquém da necessidade quando se trata de apresentar propostas concretas para o setor. Ele questiona, <u>por exemplo</u>, o fato de nenhum governador ou autoridade de <u>segurança pública</u> ter realizado até hoje pesquisas sistemá<u>ticas</u> sobre vitimi<u>zação</u>. Esse tipo de pesquisa, realizado há 30 anos nos <u>Estados Unidos</u>, Canadá e França, busca saber quem se sente vítima da violência, de que tipo, como ocorreu, como reagiu e que trata<u>mento</u> recebeu das instituições.

CÓPIA 30

POLÍTICA NA POLÍCIA

INDIO DA COSTA

É preciso despolitizar a vida. Urgente<u>mente</u>. Depois de ler a reportagem sobre o livro "Elite da tropa", de auto<u>ria</u> do antropó<u>logo</u> Luiz Eduardo Soares, do ex-capitão do Batalhão de Ope**rações** Policiais Especiais (Bope) Rodrigo Pimentel e do capitão da

PM André Batista, tive a confirmação de estar afinado com o sentimento geral de indignação e impotência. Em especial a do Rio, que há anos sofre com a interferência da política na Polícia. Tive também a certeza de que a política tem de passar longe de setores que influem diretamente na vida da população: saúde, educação e segurança pública.

E se, real<u>mente</u>, se trata de uma obra de fi<u>cção</u> baseada em fatos reais, a indig<u>nação</u> só au<u>menta</u>. Isso faz dos policiais e do ex-secretário nacional de <u>Segurança</u> <u>Pública</u> Luiz Eduardo Soares cúmplices das barbari<u>dades</u> come<u>tidas.</u>

CÓPIA 31

DIREITO À VIDA

HÉLIO AGUINAGA

A preservação da vida humana foi e é, desde longínquos tempos, objeto de preocupação e celeuma.

Vá<u>rias</u> for<u>mas</u> foram u<u>sadas</u> no decorrer dos tempos para resguardá-la como durante o Impé<u>rio</u> Romano quando era comum o infanticídio para se livrar dos filhos não desejados (ainda freqüente na China) substituído mais tarde pelo abandono dos recém-nascidos (freqüente entre nós). O aborto tornou-se popular a partir do século XX, trazendo para o primeiro plano das dis<u>cussões</u> os diferentes aspectos do início da vida.

Com o progresso da civi<u>lização</u>, os <u>direitos humanos</u> básicos e funda<u>mentais</u>, que devem ser protegidos por <u>todos</u> os países, foram forma<u>lizados</u> pela ONU, conceitos reconhecido pelos governos do mundo, assinalando no artigo 3°, que: <u>Todo</u> indivíduo tem direito à vida, à <u>segurança</u> de sua pessoa.

A expre<u>ssão</u> "direito à vida" foi ado<u>tada</u> pela comunidade religiosa, principalmente cristã, e aceita como princípio primordial. Parece-me, con<u>tudo</u>, que merece ser analisada: pode-se falar, com todo rigor, de um direito à vida?

CÓPIA 32

Juros sobem um pouco e observam dólar e exterior

O mercado de juros, como os demais, vai observar os movi<u>mentos</u> do ce<u>nário</u> externo hoje, uma vez que foi esvaziada a expectativa com o pacote de me<u>didas</u> econômicas para estimular o crescimento, cujo anúncio foi adiado pelo governo para janeiro. As taxas dos contratos de depósito <u>inter</u>financeiro (DI) futuro de prazos mais longos mostram leve alta no preg<u>ão</u> da Bolsa de Mercadorias & Futuros, mas nada que possa ser conside<u>rado</u> mudança de humor para pior.

Operadores comentam esta manhã que a notícia de que o salário mínimo deve subir para R\$ 380 - contrariando vontade dos ministros da área econômica, que preferiam R\$ 367 - e que a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física será corrigida em 4,5% (o que vai reduzir arrecadação) causam desconforto, mas não ainda o suficiente para gerar movimentos muito negativos.

No entanto, alguns profissionais mostram-se bastante preocupados com o fato de o discurso das autoridades ser muito positivo no que diz respeito às perspectivas para o segundo mandato do presidente Lula, enquanto as ações mostram-se conflitantes com tais declarações. "Isso atrapalha a falta de consenso sobre como será o segundo mandato, além de gerar especulações sobre quem sai e quem fica", disse um deles. Se o dólar engrenar uma certa alta por causa dessas preocupações, o juro deve se ajustar no mesmo compasso. Mas não são esperados movimentos agressivos.

CÓPIA 33

Quinta-feira, 21 de dezembro de 2006

Governo é obrigado a pagar pensão a anistiado político

O <u>Superior Tribunal Federal</u> (STJ) julgou, por unanimidade, que o governo federal é responsável pela pen<u>são</u> paga às famílias dos anistiados políticos. A a<u>ção</u> foi impetrada pelo médico Mauro Lins e Silva. Após o golpe de 1964, ele foi afastado do cargo que exercia desde 1963 no <u>Banco do Brasil</u>. Depois da Lei da Anistia de 1988, o médico solicitou o paga<u>mento</u> de aposentadoria extraordinária e atra<u>sados</u> corrigidos desde 1979. Seriam incluídas as promo<u>ções</u> que ele recebe<u>ria</u> exercendo o cargo, fundo de garantia e outras vantag<u>ens</u>.

A Justiça aceitou, em primeira <u>ins</u>tância, o pe<u>dido</u> de Silva e condenou o <u>Instituto</u> Nacional de Seguri<u>dade</u> <u>Social</u> (INSS) a conceder a pen<u>são</u>, a Uni<u>ão</u> a repassar as verbas para o paga<u>mento</u> e a <u>instituição bancária</u> a repassar os dados <u>necessários</u> para os cálculos dos valores a serem pagos. O banco recorreu <u>para</u> garantir que não participaria do paga<u>mento</u> da <u>aposentadoria</u> e que apenas fornece<u>ria</u> os dados e o pe<u>dido</u> foi aca<u>tado</u>.

Os advogados de Silva recorreram, afirmando que se<u>ria</u> obrigação também do <u>Banco do</u>

<u>Brasil</u> fornecer recursos para os paga<u>mentos</u> da pensão. Após a morte do médico, o

processo foi assu<u>mido</u> por sua filha e her<u>deira</u>. No recurso encaminhado ao STJ, os

advogados afirmam que não houve nenhum reparo e, como o pe<u>did</u>o de paga<u>mento</u>

se<u>ria</u> aplicado aos três réus, a obrigação seria comum a <u>todos</u> eles.

CÓPIA 34

RIO - O Ple<u>nário</u> da Câmara decidiu, em se<u>ssão</u> extraordinária na noite desta <u>quarta-</u><u>feira</u>, adiar as dis<u>cussões</u> sobre o reajuste dos salários de deputados e senadores. O encargo de definir um <u>percentual</u> de reajuste vai ficar para a <u>próxima legislatura</u>.

Depois de um dia inteiro de dis<u>cussões</u> em busca de propostas consensuais, o <u>presidente</u> da Câmara, Aldo Rebelo, levou ao ple<u>nário</u> a dis<u>cussão</u> de três propostas: o fim da verba indeniza<u>tória</u>, u<u>sada</u> em gastos dos <u>parlamentares</u> e que chega a R\$ 15 mil; o fim do 14° e 15° salários e, por fim, o reajuste dos venci<u>mentos</u>. Líderes de diversos par<u>tidos</u> argumentaram, no entanto, que não have<u>ria</u> tempo para uma decisão adequada no mo<u>mento</u>, especial<u>mente</u> em face da forte reação da <u>opinião pública</u> ao valor de R\$ 24.5 mil fixado em reunião entre líderes dos par<u>tidos</u> e as mesas das duas Casas na quinta-feira passada.

Na ausência de consenso, um requerimento propondo o adiamento da discussão das três propostas foi apresentado pelo PTB, PPS, PV, PSOL, PSB e PMDB e acabou aprovado pela maioria do Plenário.

CÓPIA 35

O CUSTO DA ENERGIA DE CADEIA PRODU<u>TIVA</u>

MARCEL SALZMANN - DIRETOR DO COMITÊ DE MANUFATURA DO XV CONGRESSO E EXPO<u>SIÇÃO</u> INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA DA

MOBILIDADE SAE BRASIL

Quem não se lembra da crise do apagão no início do século? Este episódio nos ensinou uma lição que devemos relembrar de tempos em tempos, para que aquela situação nunca mais se repita. Não quero e não vou analisar aqui as causas da crise, mas, o que as empresas têm feito no sentido de preservar e otimizar o uso da energia. A priori, a lição deixada pelo episódio foi a necessidade de uma conscientização maior em relação ao uso dos recursos energéticos. O que antes era informação pouco útil, agora é parte fundamental da estratégia de negócio e faz parte da agenda das empresas.

Isso porque a forma como as empresas têm lidado com a questão ambiental evoluiu bastante nos últimos cinco anos e, além disso, o consumo dos recursos energéticos se tornou uma grande preocupação no processo de fabriçação, em virtude da busca contínua por redução de custos. Assim, conhecer as várias fontes de energia, formas de geração, transporte, armazenamento e transformação podem ser um diferencial para o setor industrial que, com a necessidade de se tornar cada vez mais produtivo, aplica uma grande quantidade de tecnologias e processos para otimizar o uso dos recursos energéticos desde a geração até o consumo desses recursos na cadeia produtiva.

CÓPIA 36

VETO NÃO ABRE CRISE ENTRE OS TRÊS PODERES Afirmação foi feita pelo ministro do Supremo, ao comentar o veto ao aumento dos deputados.

O ministro Marco Aurélio Mello, do <u>Supremo Tribunal Federal</u>, disse não acreditar que a decisão do tribunal de suspender o reajuste de 91% aos deputados e senadores crie um mal-estar nas re<u>lações</u> entre os poderes Legislativo e Judiciário. "Está de parab<u>éns</u> a democracia, o Estado democrático de direito, as instituições estão funcionando. Não houve choque entre o Judiciário e o Legislativo", afirmou.

Segundo Marco Aurélio, o Congresso agora deve cumprir a decisão do STF que obriga submeter o reajuste à votação dos plenários da Câmara e do Senado. "Cumpre ao Congresso como colegiado deliberar sobre subsídios de deputados e senadores", afirmou.

O ministro evitou comentar o mérito do reajuste que equiparou os salários dos parlamentares aos <u>sub</u>sídios dos ministros do STF, que recebem R\$ 24.500. Disse

apenas que, a partir de agora, a decisão não poderá mais ser to<u>mada</u> unilateral<u>mente</u> pelas <u>Mesas Diretoras</u>.

CÓPIA 37

Assédio sobre o técnico Luxemburgo aumenta

Do Correio Braziliense

O assédio sobre o técnico Vanderlei Luxemburgo au<u>menta</u>. Embora não confirme nenhuma proposta oficial, ele pode deixar o Santos no início da próxima temporada. Na Grécia, são fortes os comen<u>tários</u> de que o Olympiacos, a pe<u>dido</u> de Rivaldo, fará uma oferta conside<u>rada</u> irrecusá<u>vel</u>. Na Colômbia, há rumores sobre o interesse em Luxemburgo como treina<u>dor</u> da se<u>leção</u> daquele país nas Elimina<u>tórias</u> da Copa do Mundo de 2010, na África do Sul.

Pelo acordo que tem com o Santos, Luxemburgo pode pedir demi<u>ssão</u> quando quiser.

Para ser libe<u>rado</u>, basta pagar multa de R\$ 2 mil, conforme cláusula do contrato. O próprio técnico lembrou ter esse direito depois do jogo contra o Santa Cruz, ainda pelo Campeonato Brasileiro. Indignado com decla<u>rações</u> do presidente Marcelo Teixeira, para quem o Santos só não lutou pelo título do Campeonato Brasileiro por falha no planejamento, o técnico afirmou que esperava um desmen<u>tido</u> público do dirigente. Não aconteceu.

Para a próxima tempo<u>rada</u>, o Santos falou em grandes joga<u>dores</u>, <u>mas</u> não contratou ninguém. Nem sequer renovou os contratos de Luiz Alberto, Manzur, Ronaldo Guiaro e Reinaldo, que terminam no dia <u>31 de dezembro</u>.

CÓPIA 38

TEMA EM DIS<u>CUSSÃO</u>: COTAS RACIAIS NOSSA <u>OPINIÃO</u> — ROTA INVER<u>TIDA</u>

Confir<u>mado</u> que o projeto de cria<u>ção</u> de cotas no ensino <u>universitário</u> público irá para o ple<u>nário</u> da <u>Câmara dos Deputados</u>, é imperioso voltar a discutir o tema com mais freqüência. Será pé<u>ssimo</u> para o país se um assunto dessa magni<u>tude</u> vier a ser vo<u>tado</u> por <u>parlamentares</u> desinfor<u>mados</u> e movidos <u>apenas</u> por ban<u>deiras</u> ideo<u>lógicas</u>.

Não é hora de bom-mocismos, de gestos politicamente corretos. Está em jogo um elo-chave na **cons**trução de um sistema eficiente de difusão de conhecimento, sem o que o Brasil estará condenado a se manter como o país de um futuro inalcançá**vel**.

O ponto central da dis<u>cussão</u> é saber se abrir as portas do ensino superior a seg<u>mentos</u> margina<u>lizados</u> da sociedade, sem uma avaliação efe<u>tiva</u> do ní<u>vel</u> de <u>ins</u>trução de cada um, é o melhor caminho para o combate aos problemas sociais. Pesará mais para a matrícula do estudante a sua origem social e a cor da pele.

CÓPIA 39

Desafogar os tribunais

A sanção, pelo <u>presidente da República</u>, das três leis essenciais à reforma do <u>Poder</u>

<u>Judiciário</u> vai contribuir para desafogar os tribunais, tornando mais célere o julga<u>mento</u> das quest<u>ões</u>. Atual<u>mente</u>, tramitam nas <u>diversas ins</u>tâncias da <u>Justiça 35 milhões</u> de ações, impondo, em média, entre doze e catorze anos para sua conclusão.

A prudência é um requisito funda<u>mental</u> na apli<u>cação</u> da Justiça. Ainda assim, torna-se urgente modernizar a legislação infraconstitucional e imprimir veloci<u>dade</u> à sua estru<u>tura</u> com o uso de siste<u>mas</u> opera<u>cionais</u> eficazes, como a informatização dos processos.

As novas leis sancionadas seguem esse rumo. A primeira delas, e mais polêmica, regulamenta na prestação jurisdicional a súmula vinculante, <u>ins</u>trumento para combater a morosidade, a protelação e o volume excessivo de processos. Só o <u>Supremo Tribunal</u> <u>Federal</u> recebe, a cada ano, 100 mil processos para julgamento.

A adoção da súmula vinculante foi uma impo<u>sição</u> para evitar o desperdício de tempo e trabalho pela repe<u>tição</u> de sentenças e acórd<u>ãos</u>, para a<u>ções</u> de idêntico objeto em que o <u>poder público</u> aparece como réu. Um diagnós<u>tico</u> realizado pelo <u>Ministério da Justiça</u> concluiu que 50% dos processos em anda<u>mento</u> no País se referem a exe<u>cuções</u> fiscais promovidas pela <u>União</u>, <u>Estados e Municípios</u>.

CÓPIA 40

Substituição tribu<u>tária</u> Contribuinte tem de ter prioridade na restituição

por Aline Pinheiro

O princípio da equidade na relação entre fisco e contribuinte tem de prevalecer. O contribuinte <u>sub</u>me<u>tido</u> à <u>substituição</u> tribu<u>tária</u> presume o fato gera<u>dor</u> do ICMS, paga o imposto e, se a mercadoria for ven<u>dida</u> por um preço inferior ao presu<u>mido</u>, tem de ser restituído imediatamente.

Enquanto a questão é discu<u>tida</u> no <u>Supremo Tribunal Federal</u>, a Justiça de <u>São Paulo</u> se antecipou e determinou que a Fazenda Estadual não coloque obstáculos para restituir o imposto pago a mais. Em julga<u>mento</u> recente, a 9ª Câmara de <u>Direito</u> <u>Público</u> do <u>Tribunal de Justiça</u> de <u>São Paulo</u>, capitaneado pelo desembargador Gonzaga Franceschini (relator), deu <u>Mandado de Segurança</u> para impedir a Fazenda de barrar a restituição <u>para</u> uma <u>empresa</u> paulista.

A substituição tribu<u>tária</u> está prevista no parágrafo 7° do artigo 150 da Constituição Federal. <u>De acordo com</u> a norma, "a lei poderá atribuir a sujeito passivo da obrigação tribu<u>tária</u> a condição de responsável pelo paga<u>mento</u> de imposto ou contribuição, cujo fato gera<u>dor</u> deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gera<u>dor</u> presu<u>mido</u>". Em <u>São Paulo</u>, há ainda lei estadual prevendo a restituição.